

2ª quinzena de abril de 2002

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 99

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA

Foram os anos de chumbo dos trabalhadores. A década de 90 viu os direitos trabalhistas serem suprimidos, o desemprego passar de 10% para mais de 20%, o emprego informal crescer de forma assombrosa, a renda média cair e as expectativas desvanecerem. Para agüentar a situação, os sem-emprego chegaram a se organizar no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que reivindica políticas próprias para a área do trabalho, como o grupo da foto. O estudo do Dieese "A Situação do Trabalho no Brasil" apresenta um mapa completo do emprego e da falta dele no País nos anos 90, revelando um retrato assustador.

Páginas 6 a 7

ANOS 90

Um retrato do trabalho no neoliberalismo



Os caminhos da universidade

A reunião dos reitores das universidades públicas da América Latina e as eleições para a Andes, que ocorrem nos próximos dias, podem apontar um futuro diferente para a universidade pública nas Américas. As responsabilidades dessas duas esferas são diferentes, mas uma é tão importante quanto a outra. Cabe aos reitores o papel de comandar uma comunidade, se livrando dos problemas que são a falta de recursos e a política imposta pelos governos fiéis ao Banco Mundial.

O Brasil passará por uma eleição geral, em outubro, em que existem concretamente duas possibilidades: a de continuação desta política ou de uma alteração, em maior ou menor grau. A universidade que conhecemos será atingida por qualquer um dos dois caminhos a serem escolhidos. Ela não consegue mais responder às demandas – que não são poucas – da sociedade carente de conhecimento e demandas que as alterações no mercado de trabalho

provocaram. No restante da América Latina, a realidade não é muito diferente. Mesmo não havendo eleições próximas, as mudanças que ocorrerem no Brasil podem ser balizadoras de futuras escolhas políticas.

Ao Sindicato Nacional cabe tirar de vez a cabeça de dentro do buraco e passar a olhar o que está acontecendo em volta. Com a ofensiva militar norte-americana em diferentes cantos do mundo, e vitórias da direita na Europa, se pode nutrir certo pessimismo com relação à eleição para a Câmara Federal. A bancada de idéias conservadoras aumentou nas últimas eleições e não há o que indique que nas próximas eleições estes números se modifiquem. A tendência, inclusive, é de que aumentem. O papel do sindicato será o de tentar encarar de frente esta conjuntura e jogar no parlamento uma saída para a universidade, sob pena de nos obrigarmos a engolir um projeto de universidade que é pública no papel e privada no seu cotidiano.

Combate à pobreza

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, R\$ 15,00 mensais arrecadados dos não-pobres seriam suficientes para acabar com a fome de 50 milhões de brasileiros. O ex-governador do Distrito Federal, Cristóvan Buarque, avalia que o custo bruto de um programa de erradicação da pobreza no Brasil seria de R\$ 44,4 bilhões por ano. Isso equivale a 10,5% da receita prevista para o setor público e a apenas 4% da renda nacional gerada anualmente. Os números foram apresentados pelo presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, em artigo na Folha de S. Paulo que trata dos mitos do combate à miséria. Além do mito de que não há recursos, Grajew lista outros dois que devem ser combatidos: o de que a erradicação é um processo lento e de que "não se deve dar o peixe". Esses mitos são criados pelo próprio conservadorismo de uma parcela da classe média brasileira. Erradicar a pobreza pode ser um processo muito rápido, fácil e barato desde que se tenha vontade política para tanto. Aproximadamente 500 crianças abaixo de cinco anos morrem diariamente no Brasil, em consequência da pobreza.

Aldeias da morte

No final de março, uma notícia estremeceu a opinião pública mundial. Trata-se da criação, na África do Sul, de uma aldeia para doentes de aids, fato divulgado pelo jornal francês Le Monde. A jornalista francesa Fabienne Pompey abre de maneira dramática sua matéria: "Estou a caminho do Paraíso. Ó alegria, ó alegria". O ambiente é de festa neste subúrbio a oeste de Johannesburg. Mas a alegria dos cantos religiosos entoados em ritmos africanos é apenas aparente. As crianças que marcam o ritmo no tambor estão aqui para morrer". As casas da morte foram pintadas de rosa chá, cores alegres para esconder sua real finalidade: amontoar crianças que esperam para morrer de aids. A África do Sul tem 4,7 milhões de contaminados, um em cada nove habitantes. O presidente Thabo Mbeki se opõe à distribuição de medicamentos anti-retrovirais.

Poucas casas têm esgoto

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), colhidos em 2000, mostram que pouco mais da metade das cidades do país (52,2%) têm esgotamento sanitário. Este é o quesito que menos evoluiu e que apresenta piores números na pesquisa. Na região Norte, apenas 2,4% das casas têm esgoto. Na média do país, apenas 33% das casas são servidas pelos sistemas de esgota-

mento. A melhor média é do Sudeste: 53% de domicílios com esgoto. O estudo foi realizado em convênio do IBGE com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, Fundação Nacional de Saúde e Econômica Federal.

Pancadaria na escolha de reitor da Uba

Depois de tumultuadas eleições, a Universidade de Buenos Aires (Uba) já tem novo reitor. Guillermo Jaim Etcheverry foi eleito com 120 votos no dia 2 de abril, quebrando uma sequência de 16 anos do radical Oscar Shuberoff. O novo dirigente da Uba revelou como meta tornar a instituição novamente pública e "não presa dos interesses privados como hoje". Ele se manifestou a favor da reforma do estatuto da universidade, da institucionalização do diálogo entre docentes e da realização de assembleias anuais como instância de controle. Etcheverry pretende ainda ativar a realização de concursos para professores, promover a inserção social e racionalizar o uso dos recursos. A assembleia que elegeu Etcheverry aprovou também uma modificação no estatuto para impedir que os futuros reitores sejam reeleitos mais de uma vez. A votação aconteceu a portas fechadas, devido aos violentos protestos que marcaram o dia 26 de março, quando seria eleito o novo reitor. Nesse dia, estudantes da esquerda argentina, que questionavam a legitimidade da assembleia, ocuparam a sala onde acontecia a reunião, atiraram ovos nos candidatos e empreenderam um panelaço, que terminou em pancadaria e alguns feridos.

Ressarcimento por fumo

O deputado Carlito Merss (PT-SC) comemorou a aprovação, pela Comissão de Economia, do substitutivo ao PL nº 513/99, que prevê o ressarcimento, pela indústria do tabaco, dos gastos do SUS com o tratamento de doenças provocadas ou agravadas pelo cigarro. O projeto englobou proposta semelhante que havia sido apresentada pelo petista. "Esse é o primeiro passo para se reverter o atual quadro da saúde pública quanto aos gastos do SUS com o atendimento a esses pacientes", afirmou Merss. Dados do Inca (Instituto Nacional de Combate ao Câncer) apontam que, para cada real arrecadado pelo governo com a venda de cigarros, o SUS gasta dois reais para atender aos portadores das doenças do fumo. O projeto continuará tramitando nas comissões.



RESERVA DE VAGAS

Medida divide educadores e esbarra nos primeiros entraves

Por trás das leis que instituem a reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras para negros e alunos de baixa renda pode estar a privatização destas instituições. A medida mascara a deficiência da educação pública no país, defendem alguns educadores, enquanto líderes do Movimento Negro e estudantes acreditam ser este o primeiro passo para promover a igualdade. Os dirigentes das IES se dividem, alguns acham cedo para se posicionar.

A reserva de vagas nas universidades públicas, tema polêmico que tem gerado inúmeros debates nos últimos três anos, foi reprovada pela maioria dos professores presentes no 21º Congresso Andes-SN, realizado em Rio Grande, entre os dias 23 e 28 de fevereiro. A posição do sindicato nacional dos docentes é de que a reserva de vagas seria mais um elemento para a privatização do ensino superior público e não para sua democratização, já que o governo poderia passar a cobrar mensalidades dos alunos "ricos". "O problema está na base. Se os governos aplicassem o que deveriam na educação, em todos os níveis, a situação seria outra", argumenta o professor José Domingues Godoi Filho, da diretoria da Andes-SN.

A polêmica em torno do assunto cresce e divide os educadores, na medida que pipocam projetos de lei em todas as esferas de governo. Só na Câmara Federal tramitam dez projetos que tratam de reservas de vagas para estudantes oriundos da rede pública, afrodescendentes e de baixa renda. Sem falar em outros tantos que circulam em assembleias legislativas de alguns estados. Os percentuais propostos variam de 20% a 50% e o argumento básico é de que a universidade pública brasileira hoje abriga os filhos da elite, quando deveria atender os estudantes menos favorecidos.

Uerj aponta dificuldades

No Rio de Janeiro, onde dois projetos já foram aprovados e sancionados, a reserva de 50% das vagas nas duas universidades públicas estaduais para alunos de escolas públicas, negros e pardos está garantida para o vestibular de 2003. Mas os organizadores do concurso já esbarram nas primeiras dificuldades para implantar a nova lei. Faltam verbas e prazo hábil para efetivar a seleção de alunos, que deve ser feita ao longo do Ensino Médio, conforme regulamentação da lei. Outra preocupação suscitada é como estes alunos serão mantidos na universidade, já que precisam trabalhar e muitos cursos exigem dedicação integral. A solução, defendida por muitos, seria o governo garantir também uma bolsa para custeios pessoais.

Em pesquisa realizada pelo site da Uerj, entre 4 de maio e 20 de junho de 2001, 65,2% dos internautas se manifestaram contra a reserva de vagas. Foram 18.725 votos no total. Muitos estudantes e professores alegam que a lei apenas mascara as deficiências das escolas públicas de ensino fundamental.

A medida, considerada eleitoreira por muitos, é aplaudida por estudantes e líderes do Movimento Negro, que acreditam ser o pontapé inicial para democratizar o acesso à universidade pública. Ambos segmentos defendem que a reserva de vagas é uma forma de tratar desigualmente a desigualdade que existe no país, ao



mesmo tempo que reconhecem que a implantação de cotas não resolverá o problema por si só. "É apenas o início da discussão. Para dar certo é preciso construir metas, como melhorar o ensino básico e dar condições ao estudante carente de concluir o curso universitário", observa o presidente do Centro de Articulações das Populações Marginalizadas (Ceap), do Rio de Janeiro, Ivanir dos Santos.

O presidente da União Nacional dos Estudantes (Une), Êmerson Carvalho, não acredita que a reserva de vagas contribuiria para a privatização das universidades públicas, mas sim para uma melhor distribuição de oportunidades. A melhoria do ensino público em todos os níveis é colocado como fundamental, por todos que defendem a medida, para que de fato seja possível mudar o quadro de desigualdade no país.

Dados recentes do MEC revelam que, dos 47 milhões de estudantes secundaristas no Brasil, 85% estão na rede pública. Entre 1,7 milhão de candidatos inscritos no vestibular por ano, 73% são oriundos das escolas públicas do ensino médio. Mas, no final, estes ocupam apenas 45% das 600 mil vagas oferecidas nas universidades públicas. Os números indicam que as chances para esses estudantes ingressarem nas universidades públicas são de 1 em 104; enquanto para os alunos da rede particular a proporção é de 1 em 9.

A diferença é ainda maior quando se trata de cursos mais concorridos. Estatísticas de fundações organizadoras de concurso vestibular concluem que os alunos da re-

de particular ocupam 89% das vagas em medicina na Universidade de São Paulo (USP), 90% em direito na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e até 93% em odontologia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Negros e pardos

No processo de regulamentação da reserva de vagas para negros e pardos no Rio de Janeiro surgem as primeiras dificuldades. Como definir quem é negro em um país tão miscigenado como o Brasil? O critério sugerido pela maioria dos envolvidos no processo de regulamentação da lei é o da autodefinição, o mesmo usado pelo IBGE, que contabilizou uma população afrodescendente de 47%. No Rio de Janeiro, este percentual gira em torno de 40%.

Para o presidente do Ceap, Ivanir dos Santos, priorizar a entrada de afrodescendentes na universidade é uma forma de construir a igualdade social no País e compensar toda uma história de exploração da raça negra. "E não basta que os negros ocupem 40% das vagas em geral, mas de cada curso", frisa. Isso porque, no todo, os afrodescendentes representam 2% dos universitários no País, mas em cursos como Medicina e Direito o percentual é ainda menor.

Ivanir discorda da tese de que atendendo alunos de baixa renda, os negros estariam, automaticamente sendo atendidos. "Isso não é verdade. Um branco pobre tem mais chances de arrumar emprego do que um negro pobre. Basta que se arrume é já é visto com outros olhos", justifica.

Parte dos dirigentes de universidades públicas tem se colocado contra a reserva de vagas, enquanto alguns preferem não se posicionar sobre o assunto, como a reitora da UFRGS, Wana Panizzi. Procurada pela equipe do Adverso para falar sobre o tema, ela respondeu, através de sua assessoria de imprensa, que seria ainda cedo para emitir qualquer opinião. O ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Francisco de Sá Barreto, recentemente se pronunciou a favor da reserva de vagas, mas acredita que para dar certo a medida deve ser implantada de forma gradual e paralelamente a uma melhoria do ensino público em todos os níveis.

Cotas para negros em São Paulo

Em 2003, a cidade de São Paulo terá seu primeiro curso superior com cotas para negros. A faculdade de administração da futura Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares realizará a primeira aula, no dia 13 de maio (abolição da escravidão), com 100 alunos, 40 deles negros. O projeto, elaborado pelo Instituto Afro-Brasileiro, sai do papel em maio, quando o ministro Paulo Renato Souza recebe o projeto pedagógico. Em novembro, a Secretaria de Ensino Superior deve autorizar o funcionamento.

Os gastos na elaboração do projeto pedagógico e das plantas para a futura sede foram de aproximadamente R\$ 500 mil, financiados por uma parceria entre a Nossa Caixa, BCP e consulados americano, uruguaio e sul-africano em São Paulo. Além das aulas relativas à graduação em administração de empresas, os alunos também terão disciplinas sobre o movimento negro e a discriminação racial. A cota será estabelecida de acordo com a renda familiar e a cor do candidato. O preço da mensalidade deve girar em torno de R\$ 240,00. A proposta atual é que pelo menos a metade dos alunos carentes ou negros tenha direito a um desconto de até 50%.

FAPERGS

Investimento cresce, mas ainda está abaixo do previsto em lei

O relatório 2001 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Rio Grande do Sul (Fapergs) mostra que o índice de recursos destinado à entidade melhorou nos últimos anos, mas ainda está longe de atingir o que é previsto na Constituição Estadual. O aporte financeiro do Estado à Fapergs é estabelecido pelo artigo 236 da Constituição Estadual. Segundo esse artigo, 1,5% da receita líquida de impostos do Estado deve ser destinado à pesquisa e ensino superior. Essa determinação está sendo cumprida parcialmente pelo Estado. Desde 1990, o volume de recursos aplicados pelo Estado em pesquisa e ensino superior variou de 12 a 29% do total de investimentos previstos pela Constituição Estadual.

A falta dos repasses previstos em lei é um problema antigo. De 1990 a 2001, a dívida acumulada por falta de repasse à Fapergs é de aproximadamente R\$ 350 milhões. Em 2001, caso a determinação dos 1,5% fosse cumprida, a Fapergs deveria receber R\$ 66.500.000,00. O valor executado, porém, foi de R\$ 19.120.129,00 (28,75% do previsto). Esse percentual é o maior dos últimos dez anos. No governo Olívio Dutra, esse percentual subiu de 18,36% (em 1999), para 20,65% (em 2000), chegando a 28,75% no ano passado. (ver gráfico 1).

Segundo a avaliação do diretor-presidente da entidade, professor Sérgio Bampi, a comunidade científica do Estado deve continuar trabalhando para melhorar este cenário, mas, observa ele, no atual governo, alguns importantes avanços foram alcançados do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Bampi destaca a nova concepção de política de ciência e tecnologia que passou a pautar as ações do Estado e de suas agências. A opção central desta nova concepção está baseada na capacitação e expansão dos sistemas locais de produção. Para aumentar a produtividade e a renda social, o Governo do Estado adotou uma política que combina apoio estatal aos setores econômicos tradicionais do Estado com a atração de novos investimentos.

Bampi cita, como exemplos desta ação indutora, a articulação que levou a parcerias estratégicas com multinacionais para o CEITEC, e o programa de 100 incubadoras tecnológicas, com inserção nas regiões e articulação com as instituições locais (ex. Coredes, universidades, associações). Na sua avaliação, a opção por um "modelo integrado e integrador" de desenvolvimento resgatou a valoração ética na relação entre Estado e iniciativa privada. "Antes de ser resultado da modernização transplantada e operada pelo mercado sob o aceno de volumosa renúncia fiscal, o desenvolvimento é estrategicamente subordinado à superação dos entraves à qualificação, modernização e expansão das forças produtivas e vocações econômico-sociais presentes na sociedade gaúcha" analisa o diretor-presidente da Fapergs.

Projetos aprovados

Segundo o relatório 2001 da Fapergs, o número de projetos encaminhados à entidade, no ano passado, foi de 1.844. Deste total, foram aprovados 1066, totalizando recursos de R\$ 10.089.213,99. As cinco áreas mais contempladas foram Ciências Biológicas (147 projetos), Engenharia (129), Ciências Agrárias (115), Matemática, Estatística e Computação (115) (ver gráfico 2). O critério fundamental para a aprovação dos projetos é o da indução de ações técnico-científicas que tenham um caráter estratégico para o desenvolvimento da sociedade, combinando qualidade, relevância e compromisso ético da pesquisa.



Sérgio Bampi, diretor-presidente da Fapergs

As universidades foram as instituições que receberam o maior número de auxílios concedidos pela Fapergs. Do total de 1066 auxílios concedidos, em suas variadas modalidades, as universidades receberam 987. O volume restante de auxílios foi distribuído entre centros de pesquisa federais (19), centros universitários e faculdades isoladas (28), centros de pesquisa estaduais (19), órgãos da administração direta (9), escolas técnicas (2) e outras entidades (2). As universidades receberam ainda 1356 bolsas de iniciação científica e 94 bolsas de outros tipos.

Bolsas de estudo

Além destes recursos, a Fapergs investiu R\$ 486.650,00 em bolsas de estudo no ano passado. O valor maior deste montante foi destinado ao pagamento de bolsas de iniciação científica (R\$ 250,00). Em 2001, foram pagas 1470 bolsas, somando um valor total mensal de R\$ 367.500,00. Além das bolsas de iniciação foram financiadas ainda 119 bolsas de outras modalidades (de valor mensal variável), que custaram R\$ 119.150,00 aos cofres da Fundação. O investimento em bolsas de iniciação científica representa o principal item da pauta de investimentos da Fundação. Em 2001, 21,39% do total de investimentos da Fapergs (R\$ 19.033.910,05) foi aplicado em bolsas de iniciação científica – que consumiram, portanto, R\$ 4.070.750,00 do orçamento da entidade.

Apesar de ainda não atingirem os 1,5% previstos na Constituição Estadual, no triênio 1999-2001, os recursos investidos pela Fapergs dobraram em termos reais. Neste período, ao contrário do que ocorria antes, os recursos empregados em ciência e tecnologia pela Fundação são oriundos principalmente do Tesouro do Estado, sendo reduzidos ou zerados os recursos de convênios com instituições federais. Os recursos do Estado efetivamente investidos pela Fapergs ultrapassaram a casa dos R\$ 18 milhões em 2001, um crescimento de 50% em relação aos investimentos realizados em 2000.

Execução da Receita Efetiva - 1994 a 2001

Ano	Executado em R\$	Receita Efetiva em R\$ (1,5%)	% Executado / Receita Efetiva
1994	5.121.000,00	23.934.369,34	21,40
1995	5.070.707,00	40.034.057,10	12,67
1996	10.500.000,00	45.985.958,80	22,83
1997	10.717.000,00	46.645.027,79	22,98
1998	13.644.193,00	49.953.311,73	27,31
1999	8.593.704,24	46.802.138,03	18,36
2000	11.662.572,20	56.468.014,12	20,65
2001	19.120.129,00	66.500.000,00	28,75

Auxílios (Aprovados) por Área - 2001

Área do Conhecimento	Nº de Projetos	% por Área	Valor (R\$)	% do Valor
Ciências Biológicas	147	13,79 %	2.053.861,10	20,36
Engenharia	129	12,10 %	1.339.775,86	13,28
Ciências Agrárias	115	10,79 %	1.755.877,31	17,40
Matemática, Estatística e Computação	115	10,79 %	1.358.228,99	13,46
Ciências Humanas e Sociais	112	10,51 %	600.133,42	5,95
Saúde	92	8,63 %	710.333,92	7,04
Educação e Psicologia	72	6,75 %	420.052,30	4,16
Artes e Letras	57	5,35 %	300.282,36	2,98
Geociências	55	5,16 %	313.294,12	3,11
Química	55	5,16 %	481.564,00	4,77
Economia e Administração	52	4,88 %	302.536,21	3,00
Física e Astronomia	44	4,13 %	339.180,05	3,36
Arquitetura e Urbanismo	21	1,97 %	114.094,35	1,13
TOTAL	1066	100,00 %	10.089.213,99	100,00

* Exclui bolsas

SOLICITADOS: 1.844 (ano 2001)

PETROBRAS X REPSOL

Troca de ativos pode ser revertida



Um recurso a ser julgado no Tribunal Regional Federal (TRF), em Porto Alegre, poderá acabar com uma milionária troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol-IPS, da Argentina, e reparar um prejuízo incalculável aos cofres públicos brasileiros. Uma ação popular de dirigentes do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetrosul) pede a anulação de uma transação entre a Petrobras e a rede Repsol – espanhola com negócios na Argentina – afirmando que ela é lesiva aos interesses da Petrobras. E do Brasil. A principal alegação dos trabalhadores é de que a Petrobras fez um péssimo negócio, avaliando, estranhamente, seu próprio patrimônio para baixo.

Deu 30% da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) – depois de ampliada – em Canoas, 10% do campo de exploração de petróleo de Albacoara Leste, no Rio de Janeiro, e mais uma rede de 350 postos da BR nas regiões Sul e Sudeste. Tudo no valor de US\$ 500 milhões. Os trabalhadores afirmam que o patrimônio vale pelo menos US\$ 3 bilhões. Por seu lado, a Repsol deu US\$ 500 milhões em uma rede de 700 postos na Argentina e uma refinaria em Baía Blanca. "Além de a Petrobras avaliar para menos o que deu na troca, o que a Repsol diz valer US\$ 500 milhões não fica em US\$ 400 milhões", afirma o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Leite Siqueira.

Se vale ou não, um fato estranho é as partes não quererem avaliar o preço do que o outro lado está oferecendo. Sobram motivos para a desconfiança dos trabalhadores. O advogado dos petroleiros, Claudio Pimentel, chama a atenção. Se a Petrobras não sabia o que estava fazendo, uma empresa privada como a Repsol, que tem negócios em vários países, não costuma se enganar quando o assunto é ganhar dinheiro. Mas a pergunta que fica é: qual o motivo para uma empresa como a Petrobras entrar num mercado como o argentino que, se sabia, há muito estava em crise? "Outra coisa: a Repsol tem negócios na Espanha, que interessariam muito mais aos brasileiros. Por que só esse foi fechado? Só quem saiu ganhando foi a Repsol, que no ano passado teve um prejuízo de US\$ 600 milhões na Argentina", afirma Pimentel.

De fato, é uma história muito estranha, envolven-

do, inclusive, enganos que seriam cômicos se não fossem trágicos. Um deles foi a Petrobras descobrir, mas segundo seus dirigentes só depois de feito o negócio, que os 700 postos argentinos não vendem diesel, apenas gasolina. O problema é que os argentinos, em sua maioria, usam o diesel, que é mais barato por causa de subsídios do governo. Outra trapalhada: a rede de postos que o Brasil adquiriu não é a da marca IPS-Repsol, que estão até bem colocados no mercado, ao lado da Schell. São os EG3, o quarto colocado no ramo de distribuição.

Trabalhadores tiveram uma liminar favorável

Segundo o advogado dos petroleiros, Claudio Pimentel, o juiz Guilherme Pinho Machado, da 1ª Vara Federal, de Canoas, chegou a dar uma liminar favorável aos trabalhadores, em agosto do ano passado, mas ele próprio cassou-a, alegando que um juiz não tem competência para saber se a avaliação financeira está correta ou não. A briga jurídica começou em junho de 2001, visando impedir a troca de ativos. "A decisão do juiz foi em caráter provisório. Não poderiam fechar negócios, até que os dois lados – são 23 réus, entre integrantes de conselhos e diretores da Petrobras e Refap S. A. – apresentassem suas defesas". Em agosto, no entanto, reviu sua decisão e indeferiu sua liminar. "Digamos que o juiz permitiu o casamento, que mais tarde se mostraria um péssimo negócio para o noivo, porque o dote não era o que a noiva dizia que era", resume. "Ele foi pressionado pelo governo e voltou atrás. Se um juiz não tem competência, quem tem?", pergunta o presidente da Aepet, Fernando Siqueira.

Nos meses que se seguiram, surgiram vários boatos dando conta de que, de fato, a Petrobras perderia muito na negociação. Mesmo dentro da Petrobras, circularam notícias internas e um dos diretores da empresa teria inclusive sugerido ao então presidente da Petrobras, Henri Reichstul, para que não levasse adiante a troca de ativos. Reichstul parece não ter dado ouvidos às opiniões alheias e marcou a data da assinatura para dezembro de 2001. O contrato foi assinado três dias antes da queda de Fernando De La Rúa e da saída de Reichstul da presidência, alegando "motivos pessoais".

Só a perda cambial foi de R\$ 792 milhões

O caso talvez ficasse por isso mesmo, se um escândalo não tivesse estourado na imprensa brasileira há poucas semanas. O negócio entre a Petrobras e a Repsol rendeu uma perda cambial aos brasileiros de R\$ 792 milhões. A pergunta é? O que fez a Petrobras fechar um negócio desses em dias que o risco Argentina estava em cinco mil pontos e os investidores se mandavam como podiam do País do Prata, já sabendo que a coisa ia estourar? O mais estranho de tudo é que o rombo cambial, devido à megadesvalorização do peso frente ao dólar, aconteceu quando o presidente da Petrobras, Henri Reichstul, estava demissionário. Por essas e outras, o presidente da Aepet quer uma CPI para investigar o caso. "Acho que é uma negociata seríssima. O fato é que a Repsol, que é espanhola, estava sendo pressionada pelo governo argentino porque estava monopolizando o mercado. Precisava desovar ativos e ofereceram-nos à Petrobras, que aceitou, de forma absolutamente lesiva. Está muito evidente que houve falcatura".

Os trabalhadores estão confiantes de que vão conseguir reverter o negócio. Quando o juiz gaúcho permitiu que a transação saísse, só aceitou que ela fosse feita sem enganação de nenhuma das partes, ou seja: o que foi envolvido na troca deveria ser, realmente, aquilo que foi declarado à Justiça. "Desde que foi aberto o processo, a Petrobras só pode fechar o negócio que declarou à Justiça, não outro", diz o advogado. Em 14 de janeiro, a empresa deveria levar ao juiz gaúcho os documentos comprovando a legalidade da troca. "Para tratar de um negócio de 500 milhões, levaram quatro folhinhas que não estavam nem assinadas. O juiz deu 15 dias para que levassem mais informações. Eles pediram mais 20, alegando que é muita coisa. Então, tinham até o sete de abril para demonstrar que o negócio feito é o mesmo que foi autorizado", explica o advogado. Os trabalhadores desconfiam que não foi o mesmo. "Eles caíram na própria malandragem que armaram. Alguém tinha interesse nisso. Resta saber se ele é legítimo ou não. A Petrobras diz que queria entrar na Argentina. Mas por que queria? Sem falar da crise, o povo argentino é culturalmente resistente às multinacionais". Por isso tudo, o advogado acredita que está próxima uma vitória inédita dos trabalhadores.

DÉCADA DE 90

Os anos de chumbo dos trabalhadores

A aprovação do projeto de Emprego Público, que tramita no Congresso, vai jogar milhões de servidores, entre eles os docentes das universidades federais, em um mundo do trabalho cada vez mais deteriorado. É o que aponta o estudo "A Situação do Trabalho no Brasil", lançamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O livro faz uma radiografia do emprego no País e mostra que a ameaça de ficar sem trabalho se agravou a partir da implantação das políticas neoliberais no Brasil, no início dos anos 90. O período que vai de 1993 a 1997 pode ser considerado como os "anos de chumbo" dos trabalhadores brasileiros. Mesmo nos piores momentos dos anos 80, assolados pela crise do endividamento externo e pela hiperinflação, não houve um retrocesso tão abrangente na situação do trabalho no País. No livro, a equipe do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) analisa o trabalho nos anos 90.

Jéferson Assunção

Nas décadas de 60 e 70, o modelo de desenvolvimento do Brasil arranca o brasileiro do campo e o concentra em bolsões urbanos, a ponto de, em 1999, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), o Brasil ter uma população de 160.336.471 pessoas e, dessas, 127.751.401 viverem em áreas urbanas. Se antes dos anos 90, já havia tensões sociais e aumento das desigualdades, pelo menos havia uma maior oferta de emprego nas cidades. Mas com a chegada de Fernando Collor ao poder e o início das políticas neoliberais, nem mais isso acontece. Depois de encurralados nas cidades, os trabalhadores vão sofrer, durante os dez anos anos seguintes, os ataques do neoliberalismo, e sua drástica redução do número de postos de trabalho urbanos.

Porto Alegre tinha, em 1993, 12,2% de desempregados. Chegou em 1999 com 19%. No Distrito Federal, a taxa pulou de 15,5% em 1992 para 21,6% em 1999. No ano de 1996, 12,7% da população economicamente ativa de Belo Horizonte estava desempregada. Em 1999, eram 17,9%. Recife tinha, em 1998, 21,6% de desemprego e, em 1999, 22,1%. Mas é São Paulo que mostra bem o efeito da segunda década perdida no mercado de trabalho brasileiro. A taxa de 8,7% de 1989 passa para 19,3% em 1999, seguindo mais ou menos o que aconteceu no restante do País em termos de oferta de postos de trabalho. Atualmente, mais de um milhão de paulistanos estão sem emprego.

Entre 1993 e 1995, fase de expansão da política de sobrevalorização do real, o desemprego, em geral, não cresce, oscilando um ou dois pontos percentuais. No entanto, passa a ter outra característica: é de longa duração. Como mostra o livro A Situação do Trabalho no Brasil, "os jovens perderam a expectativa de mobilidade social e os adultos, a estabilidade em seus projetos de vida". O resultado disso é o crescimento da exclusão social, a miséria e a marginalidade.

A década da flexibilização

À medida que entramos na década de 90, a insegurança vai crescendo não só nas ruas, como também no trabalho. O emprego por tempo integral e de longa duração começa a sofrer um implacável ataque. Surgem os trabalhos de vínculos mais frágeis com as empresas e cresce o número de assalariados sem carteira assinada, até mesmo idosos e crianças. O economista Ricardo Franzoi, supervisor técnico do Dieese no Rio Grande do Sul, afirma: a flexibilização das formas de contratação é a maior marca do mercado de trabalho nos anos 90. Segundo ele, há um crescimento deste tipo de contratação em pelo menos cinco regiões metropolitanas mais o Distrito Federal. Em São Paulo, por exemplo, a contratação flexibilizada, que era de 20%, em 1989, dez anos depois estava em 32%. Se na década de 80 cada posto de trabalho criado era mais um com carteira assinada, não é o

que acontece na década seguinte. Na grande Porto Alegre, a contratação flexibilizada passou de 17,8% em 1993 para 24,8% em 1999. E na de Belo Horizonte saltou de 25,8% em 1996 para 27,4% em 1998.

Uma das causas da flexibilização, segundo Franzoi, tem origem histórica, em uma permissão da lei criada ainda em 1966. "A grande flexibilização do mercado de trabalho no Brasil foi feita naquele ano, quando se alterou a lei da estabilidade ao trabalhador com mais de dez anos de emprego e se criou o Fundo de Garantia. A partir daí, começa uma facilidade no Brasil que é a demissão sem justa causa, o que vai ser a marca dos anos 90", lembra o economista. Para ele, a ameaça de alteração do artigo 618 da CLT já não é tão drástica quanto esta primeira alteração.

O estudo faz uma crítica aos que afirmam que uma suposta rigidez dos direitos trabalhistas brasileiros seria responsável pelo crescimento da precarização das relações de trabalho. Esses direitos teriam sido desobediçados pelas empresas porque impossibilitavam a inserção do Brasil na globalização econômica. No entanto, os técnicos do Dieese apontam como curioso o fato de que é justamente no curto período de neoliberalismo que esses "obstáculos legais" se tornam insuportáveis, ao contrário dos 50 anos anteriores.

Segundo o Dieese, as causas da precarização do trabalho são muitas. Entre elas está a negligência oficial do governo federal – com a desarticulação de estruturas de fiscalização dos ministérios do Trabalho e a da Previdência Social, desde o governo Collor –, abertura econômica que desestruturou as cadeias produtivas da indústria brasileira, o preço pago pela sociedade para a sobrevalorização do Real, modernização tecnológica em plena estagnação econômica, privilégio ao "rentismo" em detrimento do capital produtivo, e esvaziamento das políticas públicas sociais.

Mais precarização, menos emprego e renda

É como um jogo de dominó. A queda de renda geral do brasileiro se deve ao grande aumento da taxa de desemprego. Com mais oferta de mão-de-obra, cai o poder de barganha dos trabalhadores e isso faz com que se acabe aceitando menores salários para trabalhar. A rotatividade, possibilitada pela precarização das relações de trabalho, auxilia os empregadores a contratarem trabalhadores ganhando menos. O resultado dessa ciranda é que todo mundo, menos os empresários, saem perdendo.

Um exemplo disso aconteceu no ano 2000. Depois de uma década de diminuição de salários, há uma pequena retomada das contratações. "Mas quando se chegou no final do ano, viu-se que o emprego cresceu, mas a renda, não: as contratações ficaram de um a três salários mínimos. Não era de quatro a sete ou quatro a dez", fala

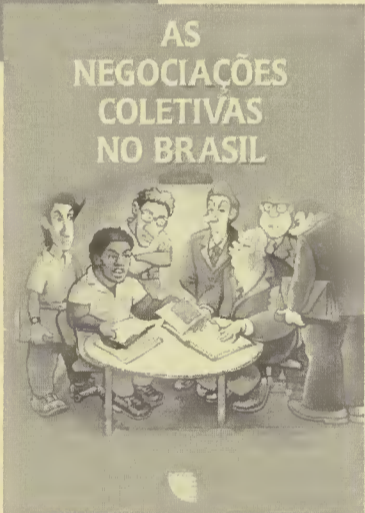
Franzoi. Segundo ele, como a renda é baixa, isso acaba forçando com que mais integrantes de uma mesma família acabem entrando no mercado de trabalho, para tentar melhorar a renda familiar. Em 1998, o rendimento médio mensal da família brasileira foi de R\$ 883,00 (sendo que a média é de 3,4 pessoas por família). E essa maior oferta diminui o salário.

Na década de 90 há um aumento sem precedentes da tributação ao mesmo tempo que diminuem as rendas indiretas, que são os serviços públicos gratuitos ou subsidiados de transporte, saúde, abastecimento, segurança e educação. No período, o salário mínimo teve apenas aumentos esporádicos em seu valor real, o que contribuiu para que amplos setores da população se mantivessem excluídos socialmente. Segundo Franzoi, o salário mínimo, que deveria ser um instrumento para melhoria e distribuição de renda, foi utilizado nos anos 90 para baixar os rendimentos. "O argumento era de que, rebaixando os salários, iríamos baratear nossos produtos para poder exportá-los. Hoje não pode aumentar o mínimo porque teria graves consequências para a dívida da Previdência", analisa o economista. No final da década de 80, a média anual do salário mínimo era 40,7% do valor de julho de 1940, quando entrou em vigor. Em 1999, o salário mínimo de R\$ 151,83 representava apenas 65% dos R\$ 231,86 de 1989.

Sindicatos estão cada vez mais fracos

Durante os anos 90 ocorreram diversas ações que visaram retirar dos sindicatos sua legitimidade social, quebrando, assim, a coluna vertebral de seu papel regulador das relações de trabalho. A longa prevalência de uma política econômica que mantém taxas de emprego elevadas trouxe uma queda significativa nas negociações trabalhistas dos anos 90, acompanhada de uma sensível redução no número de greves. Em 1994 foram realizadas 1.034 paralisações de trabalhadores. Em 1999, apenas 508. Dos poucos movimentos, a maioria foi de natureza defensiva, relacionada a atrasos de salários, 13º, não-pagamento de benefícios e desrespeito a acordo e convenções. O caso dos servidores públicos é emblemático: foi motivado pelo mais longo arrocho salarial da história do País.

Essa situação é gerada pela diminuição da renda e pelo próprio clima de terror que se instalou nas empresas com o neoliberalismo. Nos anos 90, por conta da crise, houve uma diminuição da proteção feita pelos sindicatos, lugar que dava ao trabalhador um certo poder de barganha em relação à empresa.



Os piores índices de desenvolvimento

Não bastassem esses números altamente desfavoráveis, os brasileiros amargam baixíssimos índices de desenvolvimento, que só agravam a situação dos trabalhadores. Além disso, o Brasil nunca chegou a estruturar uma rede de segurança do trabalho como a que foi construída nos Estados Unidos e Europa depois da Segunda Guerra. "Naquele período, esses países tiveram políticas de bem-estar social, com o Estado atuando para diminuir os problemas que a iniciativa privada não estava conseguindo resolver. Se a gente olhar como se dá a acumulação capitalista nos Estados Unidos, por exemplo, há acumulação, mas ao mesmo tempo o Estado está lá com as políticas de bem-estar social. É bem diferente daqui", explica Franzoi.

E os brasileiros, devido a sua diminu-

Com os baixos salários, a greve, que seria uma forma de conseguir uma melhoria nas condições de trabalho, acaba sendo um instrumento cada vez mais difícil. "O que a gente vê também é uma mudança nas características da greve no setor privado, que passam a ser mais localizadas, pontuais. Não é mais greve geral, mas de uma determinada empresa, de cumprimento de um acordo. O setor público é que fica com as grandes mobilizações", explica Franzoi. O levantamento do Dieese, no entanto, não fez nenhuma

diferenciação entre dados do setor público ou privado. Não foram feitas avaliações das estatísticas por setor.

As origens da deterioração

Uma causa da deterioração do trabalho no Brasil é a forma como o País se inseriu na globalização. O tipo de política adotada pelos governos Fernando Collor e depois por Fernando Henrique Cardoso não previu nenhuma proteção ao mercado de trabalho. Visando "modernizar" o país, alteraram as tarifas de importação que desembocaram na política populista do câmbio de 1994 que permitiu um barateamento das importações. Como, com aquele câmbio, as nossas exportações ficaram caras, as empresas brasileiras tiveram dificuldades na concorrência externa. Para tentar melhorar seu desempenho no mercado altamente competitivo, passaram a adotar novas políticas de gestão das empresas, cujo grande tema, até hoje, tem sido redução de custo e enxugamento. Quem acaba pagando a conta da modernização é o trabalhador. "Onde é que as empresas podem enxugar? É só no custo de salário", explica o economista. A abertura econômica provocaria ainda mais estragos, como a quebra de empresas e destruição de diversos postos de trabalho.

Por causa da abertura à globalização econômica, quando uma economia cresce, esse crescimento não é sinônimo de criação de postos de trabalho. "Antes se defendia o crescimento porque gerava emprego. Hoje, não. Dependendo do setor, principalmente a indústria, o crescimento não faz aumentar o número de postos de trabalho. E isso ocorre por causa de novas técnicas de gestão e do aumento da tecnologia", explica.

ta base patrimonial, são exatamente os trabalhadores que mais precisam dessa proteção. Historicamente, eles já saíram atrás dos de outros países, inclusive de alguns vizinhos latino-americanos. "A história do Brasil é uma história de concentração de renda. Basta comparar Brasil e Argentina. O Brasil foi colonizado em sistema de sesmarias e na Argentina os imigrantes ganharam pelo menos seus pedaços de terra", compara o economista.

Em 1999, a renda nacional bruta dos Estados Unidos era 12 vezes maior que a do Brasil (a segunda maior do continente), que é mais de 30 vezes superior à do Uruguai. Nessa comparação, o Brasil aparece em segundo em termos de PIB, mas numa tabela com nove países americanos, a renda per capita brasileira cai para o sétimo lugar, à frente, apenas, da



Ricardo Franzoi

Colômbia e da Venezuela.

Em 1996, os 10% mais ricos da população brasileira tinham uma renda correspondente a 13 vezes a renda dos 20%

mais pobres, de longe a maior concentração se comparado com Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela. Outros dados demonstram o quanto os trabalhadores brasileiros estão em desvantagem em relação a outros países. Em 1990, a expectativa de vida na Argentina era de 72 anos, em 1999, era de 74 anos. No mesmo período, o Uruguai passou de 73 para 74 anos, os Estados Unidos de 75 para 77, Chile de 74 para 76, e o Brasil, de 65 para 67 anos, a menor. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais entre 1990 e 1995 aponta outras diferenças importantes. Na década de 90, o número de analfabetos no Chile caiu de 6% para 4%, na Argentina de 4% para 3%, no Uruguai, de 3% para 2%. No Brasil, caiu quatro pontos, mas de 19% para 15%.

As perspectivas para 2002

Se 2000 tinha sido o último ano da segunda década perdida, 2001 parecia ser o ano em que o Brasil daria a volta por cima, voltando a crescer. Não foi o que aconteceu. "Foi um ano de reversões de expectativas em que o primeiro semestre foi completamente diferente do segundo", lembra o economista. A desvalorização do câmbio brasileiro em janeiro de 1999 favoreceu uma melhoria da competitividade dos produtos brasileiros, que se tornaram mais baratos no mercado externo.

A expectativa para 2001 era de que se continuaria crescendo. Alguns economistas chegavam a apostar que, pela primeira vez no Brasil, o PIB seria maior que a taxa de inflação. No entanto, naquele ano, a inflação oficial ficou em 8% e a do Dieese em 10%. O PIB cresceu 1,5%. Achava-se que o mercado havia absorvido bastante mão-de-obra em 2000 e em 2001 iria continuar crescendo. Só que, com a crise na Argentina, o "apagão" e a diminuição da atividade econômica nos Estados Unidos (eles são 30% do PIB mundial, hoje), começou a se pensar no contrário, ainda mais depois do 11 de setembro. "A previsão de que ia crescer reverteu-se e passamos a prever o contrário: taxa de desemprego em 20% e PIB negativo. Só que chegamos no final de 2001 e o ano não foi tão ruim assim", informa Franzoi.

Para 2002 se espera o contrário do que aconteceu em 2001: um primeiro semestre ruim, mas um segundo um pouco melhor. Isso porque a crise da Argentina, segundo Franzoi, já não preocupa tanto. Além disso, há uma estabilidade do dólar, indícios de crescimento dos Estados Unidos e o fim do apagão. São indicadores de que o ano será bom para o País. Mas, novamente, como em 2001, essa expectativa pode ser frustrada. A crise do petróleo, encabeçada pelo Iraque, que aumenta os preços ao diminuir a oferta do produto em retaliação aos ataques de Israel ao povo palestino, pode fazer com que, novamente, os trabalhadores brasileiros amarguem um ano de baixos salários e ameaça de demissão.

Como melhorar a situação do trabalho

Para o economista Ricardo Franzoi, supervisor técnico do Dieese no Rio Grande do Sul, o problema do desemprego está diretamente vinculado ao desafio de construção de uma sociedade mais igualitária. Não é possível ser justo sem tocar neste problema. Para resolvê-lo, no entanto, é necessária uma drástica mudança de rumo das políticas econômicas. "O problema é o tipo de política econômica colocado em prática, que privilegia as exportações e não a criação de um mercado interno. Se nós tivermos todos os instrumentos de política econômica favorecendo a criação do nosso mercado, teríamos mais empregos e renda mais estável, sem depender de investimentos de fora", afirma o economista.



en el Mexico Contemporaneo). No Brasil, o livro é acompanhado de três livretos. O objetivo é divulgar os dados entre o maior número de trabalhadores possível.

EXECUTIVOS

Na França, assim como em quase todo o mundo, a mídia não se cansa de atacar os direitos dos funcionários públicos. Mas se cala diante das vantagens e mordomias fabulosas dos altos dirigentes das grandes empresas. Nesse mundo há quem acumule 59 empregos...

Os verdadeiros marajás

LE MONDE
diplomatique

AD
VERSO

Pierre Bitoun*

Eles são abastados. Têm a segurança do emprego, ganham mais do que no setor privado, beneficiam-se de uma aposentadoria melhor, trabalham displicentemente, são pagos nos dias de greve... Já há vinte anos, das páginas da publicação mensal Capital às do Nouvel Observateur, dos programas de auditório na televisão à primeira página do Figaro, uma campanha de condicionamento tenta fazer crer que os funcionários públicos seriam privilegiados. Publicado em 1982, o enorme best-seller de François de Closets, *Toujours plus!*, já havia alimentado esse tipo de tema. Na época, por reverência ou cegueira, nenhum comentarista citara do livro a seguinte frase antológica, mistura de estupidez e de cinismo: "Podemos ficar sem jornalistas, médicos, professores, funcionários públicos, executivos e engenheiros, mas não sem criadores de empresas. Enquanto apostar na economia de mercado, a França deverá fazer de tudo para beneficiar os candidatos à fortuna capitalista. E ainda bem que ganham enormes subsídios. A audácia tem que compensar."

Paralelamente a esse velho questionamento da função pública, de seu "arcaísmo" e de seus "privilégios", os muito lucrativos acúmulos de cargos que incentivam uma gigantesca concentração de poderes (e de jetons pagos aos membros da diretoria) em benefício de algumas dezenas de "capitães" das finanças e da indústria constituem um silêncio que deve tudo ao pudor – e nada à informação...

Verdadeiros bodes expiatórios

Retomando e aproveitando-se de certos temas (o funcionário protegido, absenteísta, inútil) da velha crítica, no estilo de Courteline, dos burocratas do século XIX, o discurso dominante dele se distingue, de modo radical, em diversos pontos.

Por um lado, as posições de poder dos funcionários da empresa (altos funcionários, grandes chefes, jornalistas) conferem à crítica uma legitimidade, pelo menos aparente, bem maior do que no século passado. A elite "séria", "realista" e "informada" é que fala e governa o discurso. Por outro lado, a utilização dos meios modernos de comunicação garante uma difusão da mensagem, uma padronização das consciências com uma eficiência sem precedentes. Enfim, e principalmente, o tom e os objetivos mudaram. Onde um Courteline escarnecia, com um sentido do cômico e um talento confirmados, em *Messieurs les ronds-de-cuir*, sem tirar disso conclusões políticas concretas, o discurso que começa a se desenvolver na década de 80 tem muito pouco o sentido da brincadeira e se situa no âmbito de uma propaganda agressiva e politicamente muito dirigida. Utilizando-se de todo tipo de artifícios (apresentação tendenciosa de dados estatísticos, generalizações, simplismos, mentiras), trata-se de fazer dos funcionários públicos verdadeiros bodes expiatórios a serviço das metas neoliberais: redução dos orçamentos públicos, privatizações, instabilidade do emprego, questionamento das aposentadorias etc.

Os privilegiados das altas esferas

Essenciais à instalação da sociedade de mercado, as principais funções dessa lavagem cerebral devem ser descritas tanto do ponto de vista dos mecanismos de

condicionamento da opinião pública, quanto do ponto de vista de seus efeitos reais sobre o Estado, sobre as políticas públicas e o movimento social.

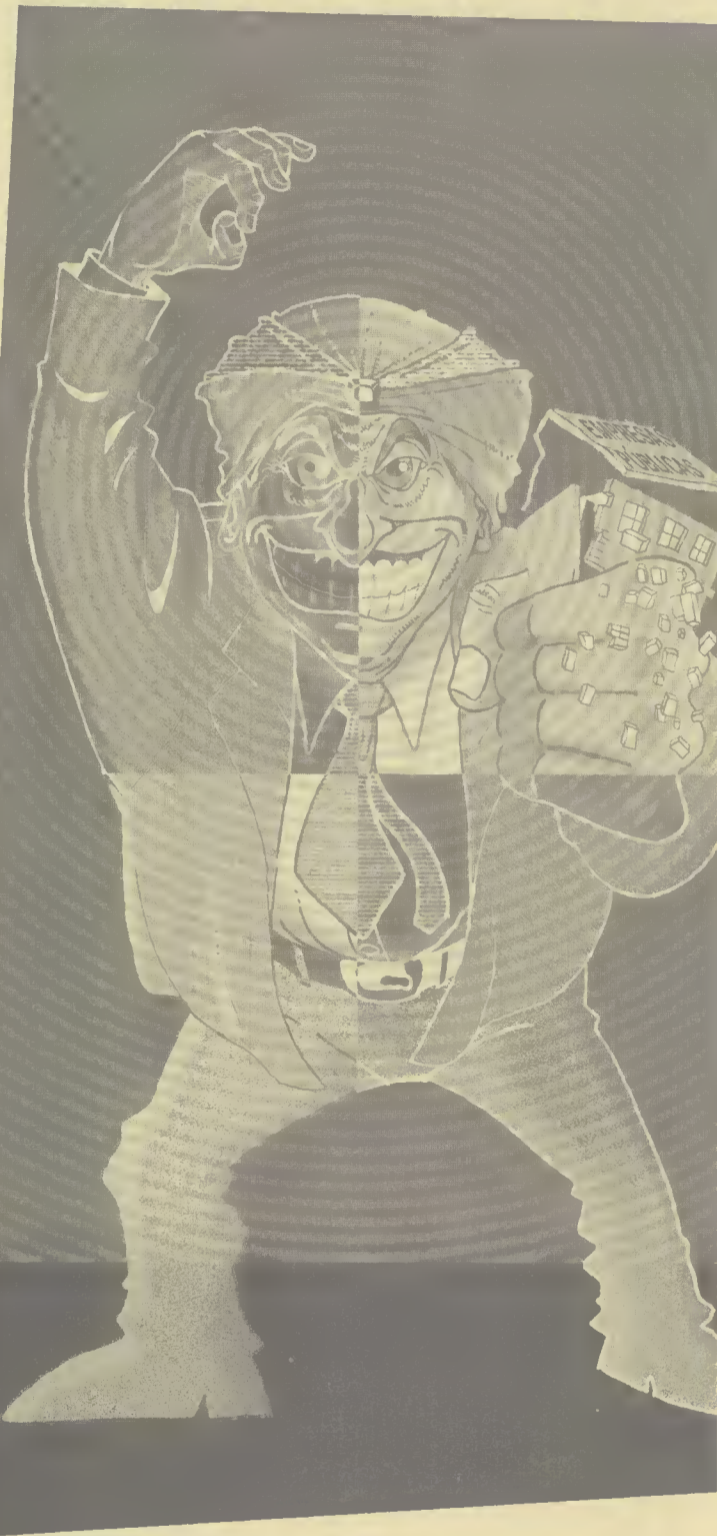
Trata-se, em primeiro lugar, de fazer os serviços públicos funcionarem ao menor custo possível e facilitar, desse modo, mais ou menos a longo prazo, sua privatização. Apresentando, na maioria das vezes sem a menor preocupação ética, a evolução comparada do salário médio no setor público e no setor privado, repisando que, "no jogo", os funcionários públicos são os "ganhadores", os meios de comunicação não contribuíram somente para excitar o ciúme dos assalariados do setor privado. Também frearam de modo importante as reivindicações salariais na função pública. Por sinal, durante as duas últimas décadas, a parte das despesas referentes à função pública do Estado no PIB – isto é, a fração de riqueza que a França gasta na manutenção de seus funcionários públicos – caiu de 10,5 para 8,5%. O que significa que eles custam à nação, proporcionalmente à sua riqueza, 20% menos no ano 2000 que em 1980. Inútil esclarecer que esses resultados, facilmente consultáveis nos relatórios anuais do Ministério da Função Pública, nunca foram objeto do menor artigo de jornal...

Idêntica lógica prevaleceu no campo dos meios materiais e, mais ainda, dos efetivos. Por força de repetir insistentemente que "são muito numerosos", chegou-se à situação inversa: eles não são em número suficiente. E isso, em setores vitais. Justiça, polícia, saúde, educação, transportes, previdência social, inspeção do trabalho, prevenção de riscos tecnológicos – não se acabaria de enumerar a lista dos serviços públicos que sofrem de uma carência, mais ou menos dramática, de pessoal. Únicas exceções, extraordinárias: os privilegiados das altas esferas do Estado, do palácio presidencial, do gabinete do primeiro-ministro e dos gabinetes ministeriais. O que não deixa de ser curioso e se mostra, de fato, comparável à situação que prevalece nos grandes grupos privados. Quanto mais "incha" em cima, nas equipes de direção, mais "encolhe" em baixo, nos níveis intermediários e inferiores da empresa.

O "normal" é a instabilidade

Outro dos objetivos fundamentais dessa lavagem cerebral é reduzir ou privatizar os direitos vinculados à condição salarial. Nesse espírito, qualquer direito, do mais mínimo ao mais fundamental, é qualificado de "vantagem", de "privilégio". Esse torcer as palavras e essa fantástica operação de culpabilização não são, é claro, destinados somente aos agentes do setor público. Visam todos os assalariados.

Nas inúmeras matérias que a imprensa dedica aos "privilégios dos funcionários públicos", por exemplo, começa-se, em geral, por atacar o famoso emaranhado inextricável das gratificações e indenizações públicas. A fim de retirar dele algum saco de carvão para os mineiros, uma indenização sobre sapatos para os carteiros, uma ajuda de custo de manutenção do material para os empregados dos cemitérios, ou de esgoto, para os conselheiros de Estado. Fácil de fazer, sempre engraçada em virtude dos múltiplos absurdos que contém esse emaranhado, essa primeira antologia tem por objetivo, na realidade, "aquecer" o leitor, colocá-lo em condição de fazer outras descobertas, supostamente mais sérias. À semelhança das viagens gratuitas para o pessoal da rede ferroviária, dos descontos autorizados no preço da eletricidade ou do telefone na EDF e na France Télécom



ou das colônias de férias subvencionadas por comitês de empresa de estatais, mas também de firmas privadas. A essa altura, torna-se então possível atacar as conquistas sociais mais preciosas. Em primeiro lugar, as aposentadorias, em relação às quais ninguém mais ignora as soluções "imparciais", "realistas" e "modernas": é necessário nivelar por baixo, trazendo o setor público ao nível do setor privado, e entregá-las, via fundos de pensão, aos apetites do capitalismo e às flutuações da Bolsa. Em seguida, garantia de emprego. Garantia à vida do funcionário, proteção relativa do contrato de duração indeterminada no setor privado constituiriam "privilégios", "direitos adquiridos" de um outro tempo. O "normal", o "competitivo", seria, daqui por diante, queiramos ou não, a instabilidade, a insegurança do emprego.

A questão da estabilidade

Se, por enquanto, todos os outros direitos ainda vêm resistindo, infelizmente é forçoso constatar que, no que

diz respeito à estabilidade do emprego, a situação é diferente. O emprego precário cresceu em proporções consideráveis no setor privado, mas avançou muito, também, na função pública. A tal ponto que cerca de 25% dos assalariados do setor público (1,3 milhão em 5,5 milhões) são contratados ou precários. Ao mesmo tempo em que se efetuava esse lento desmanche, viu-se desaparecer do centro do debate intelectual ou social sobre o trabalho qualquer referência positiva à estabilidade do emprego. Como se, no fundo, isso fosse "fora de moda"...

Ora, quem não conhece as vantagens da estabilidade do emprego? Condição indispensável, ainda que não suficiente, à liberdade de expressão – no trabalho, como em outro lugar –, a estabilidade do emprego é também o que permite, junto com um salário decente, ter uma vida confortável, aberta para o futuro, feita de projetos para si e para sua família. Projetos que são benéficos à economia e à sociedade e evitam que esta se transforme num campo de desconfianças, de frustrações, de violência. Nada opõe, diferentemente do que se ouve com frequência, a estabilidade do emprego e esse outro valor, muito apreciado, que é a diversidade. Muito pelo contrário, é sempre quando se tem a segurança da estabilidade que se pode, com serenidade, projetar "outra coisa", quer se trate de inovar no local de trabalho, de empreender uma atividade "paralela", ou de se divertir. Em resumo, como as aposentadorias, a estabilidade do emprego não é somente uma conquista social pela qual se bateram várias gerações. É um valor de civilização que torna a vida e a sociedade verdadeiramente humanas e vivíveis.

Os verdadeiros privilegiados

Terceira função: dividir a população para impedir a formação de um movimento social amplo e unitário. Das incessantes comparações entre as condições dos assalariados do setor público e do setor privado, ao refrão sobre os "usuários-refêns" dos sindicatos de funcionários "grevicultores" e ao "serviço mínimo indispensável", também nisso se bateu forte. Com resultados contraditórios. De um lado, a ofensiva demonstrou sua eficácia e contribuiu, com muitos outros fatores, para a famosa letargia do movimento social durante a década de 80, perceptível na grande queda das greves no interior das empresas do setor privado e da administração indireta. Enquanto, na década de 70, a taxa média anual de jornadas não trabalhadas chegava a 3,5 milhões, na década seguinte não ultrapassou 1,3 milhão!

Por outro lado, o esforço para dividir foi tão grosseiro, que, num prazo afinal muito rápido, o feitiço virou contra o feiticeiro sob a forma do "Todos juntos". São prova disso o apoio popular ao movimento de 1995, as manifestações unitárias de 2001 sobre as aposentadorias e as frentes comuns "parlamentares-funcionários-assalariados do setor privado-usuários", que se multiplicaram nos últimos anos na defesa do serviço público e do emprego. Em outras palavras, tudo o que irrita e até enche de ódio os ultraliberais.

Último objetivo: evitar o questionamento dos verdadeiros privilegiados de nossas sociedades. Sejam eles os jornalistas-vedetes, regamente pagos por seu trabalho de padronização da opinião pública, os altos funcionários das "sinecuras da República", ou dos cargos de direção das instituições européias e mundiais, esses donos de grandes grupos, com um estilo de vida simplesmente alucinante (salários extravagantes + suculentos jetons pagos aos membros da diretoria + stock-options à vontade + fartura de folgas + aposentadorias suntuosas + vantagens em gêneros em abundância + sonegação fiscal, legal ou ilegal...), enfim, esses detentores de megafortunas, freqüentadores assíduos das listas dos "dez mais" e de pseudo-fundações.

O fenômeno do acúmulo de cargos

Para esses ricos e super-ricos, o tratamento da mídia se revela singularmente menos vingativo do que para os funcionários públicos. É claro que se denuncia sua presunção, suas sinecuras, seus fenomenais lucros na

Bolsa e se apontam os mais corruptos dentre eles. Ao mesmo tempo, porém, e graças a biografias bajuladoras do "administrador do ano" ou a reportagens televisivas sobre seus hábitos de luxo, alimenta-se, acima de tudo, o fascínio da opinião pública por seu dinheiro e seus privilégios. Cultiva-se, igualmente, o engodo da transparência sem outro efeito além da própria transparência. Enfim, sabe-se omitir, quando necessário, alguns dados particularmente incômodos.

É o caso das acumulações de cargos de direção e administração das grandes empresas. Constantemente abordado pela imprensa, de grande público ou especializada, o assunto pode parecer batido. Mas não é nada disso, pois a apresentação jornalística sempre mostra só a parte visível do iceberg.

Esse trabalho de ocultação efetua-se de diversas formas. Por um lado, os jornalistas limitam-se, geralmente, aos mandatos de administrador, isto é, às pessoas físicas a quem se pediu que viessem ocupar uma cadeira num conselho, e citam mais raramente outras posições, como a de membro de conselho fiscal. Por outro lado, esquecem os mandatos de representante permanente, isto é, as funções de administrador que um indivíduo ocupa num conselho enquanto representante de uma pessoa jurídica (uma outra empresa). Finalmente, não se faz referência aos múltiplos cargos de presidente-diretor-geral, diretor e gerente, mas unicamente ao principal deles. Em outros termos, é uma visão muito parcial e atenuada do fenômeno dos acúmulos de função no mundo econômico e financeiro que a imprensa fornece.

1.213 cargos para 50 pessoas...

As razões dessa mentira por omissão são facilmente compreendidas a partir do momento em que se consulte o que, sem dúvida alguma, é a bíblia sobre o assunto: o Dafsa des Administrateurs, publicado todos os anos pela empresa do mesmo nome e que pode ser encontrado sem dificuldade (por exemplo, na biblioteca do Centro Georges Pompidou, em Paris). Os resultados desafiam a compreensão. São 50 pessoas, que acumulam 397 cargos de direção, 491 mandatos de administração, 208 de representantes permanentes e 117 outras funções (conselho fiscal, presidência de diversos organismos etc.). Portanto, um total de 1.213 cargos, sendo, em média, 24 por pessoa! Alguns deles, tais como os cinco primeiros do quadro, são de uma voracidade inaudita e acumulam de 59 a 40 funções, quase sempre no interior de seu grupo (Yves Carcelle, Patrick Ricard, Philippe Foriel-Destezet, Gérald de Roquemaurel), mas também fora. Este ano, o quinto colocado, Vincent Bolloré, não estava visivelmente contente com o fato de só presidir a Bolloré, a Bolloré Investimentos e a Bolloré Participações. E, no entanto, a Fiat França, a Sociedade das Estradas de Ferro e de Bondes de Var e de Gard, a Companhia de Bondes de Rouen e a de borracha de Padang apareciam, dentre outras, em sua lista de mandatos de representante permanente. Além disso, também não parecia assustá-lo contar, entre suas 13 cadeiras de administrador, a Sociedade Financeira de Luxemburgo, a Sociedade Nacional de Produção de Tabacos e Fósforos e o fato de ser conselheiro do Banco da França.

A sequência e o meio do quadro não são menos insutivos. Realmente, aí encontra-se de tudo: herdeiros de dinastias políticas (Etienne Pflimlin, 38 cargos) industriais (Laurent Dassault, 23; Arnaud Lagardère, 21; Olivier Bouygues, 19) e financeiras (Eric de Rothschild, 28), recém-chegados da indústria do entretenimento (Michel Guillemot, 38; Alain Weill, 22) ou do esporte (André Crestey, 29). Há ainda mulheres que, destoando nesse meio dominado pelos homens, têm um grande apetite: Brigitte Gauthier-Darcet, da emissora Europa 1 (31 cargos), e Gilberte Lombard, do Crédito Comercial da França (28).

Tradução: Iraci D. Poleti

* Sociólogo, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica (INPA), autor, entre outros, do livro Eloge des fonctionnaires. Pour en finir avec le grand matraquage, ed. Calmann-Lévy, Paris, 2001.

I.R. sob exigibilidade suspensa

O valor informado no "Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte", no campo 6 - Informações Complementares, sob essa rubrica, se refere à diferença de valor do IRF, descontado sobre os vencimentos, em decorrência do Mandado de Segurança que assegurou aos Docentes da UFRGS o direito à correção da tabela de base de cálculo do Imposto de Renda, com a tabela oficial, fixada e mantida pelo Governo Federal desde 1995, valor esse devolvido mensalmente pela Universidade. Para efeitos do lançamento na Declaração de Ajuste Anual de 2002, Ano Calendário 2001, deverá ser lançado como Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis, na linha 10 - Outros, e especificar tratar-se de "IRF - Exigibilidade Suspensa". Como já amplamente divulgado no ano passado, caso não venha ser confirmada a correção da tabela, quando do julgamento do mérito da ação, esse valor deverá ser devolvido à União, nos prazos a serem então fixados. Aproveitamos para informar que a ação judicial ajuizada pela ADUFRGS foi julgada totalmente procedente, ratificando por completo a liminar anteriormente deferida.

BALANCETE

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2001	
RUBRICAS / MESES	OUT
ATIVO	2.187.910,44
FINANCEIRO	1.932.142,32
DISPONÍVEL	246.152,94
CADA	8.290,00
BANCO	78.112,83
APLICAÇÕES C/ALQUIDEX IMEDIATA	161.741,01
REALIZÁVEL	1.885.989,28
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.385.082,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.885.082,16
CRÉDITOS A REALIZAR	300.907,22
DEVEDORES	93.058,00
CRÉDITOS A RECUPERAR	204.473,66
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.637,20
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	538,46
ATIVO PERMANENTE	255.768,12
IMOBILIZADO	249.078,28
BENS MÓVEIS	74.162,88
BENS IMÓVEIS	197.187,88
REFORMAS EM ANDAMENTO	44.873,86
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	87.148,09
DIFERIDO	6.889,84
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	6.887,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	1.998,04

PASSIVO	2.180.277,83
PASSIVO FINANCEIRO	268.154,81
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	248.085,28
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	4.181,10
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	9.086,13
CREDORES DIVERSOS	234.804,06
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	20.069,33
PROVISÕES P/ENCARGOS P/PESSOAL	20.069,33
SALDO PATRIMONIAL	1.892.123,02
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.860,40
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.283.172,62

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES	OUT	ACUMULADO
RECEITAS	48.129,19	870.524,80
RECEITAS CORRENTES	23.275,77	661.950,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.275,77	661.950,13
RECEITA C/VIDA DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	23.274,85	197.148,58
RECEITAS FINANCEIRAS	23.274,85	197.148,58
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	2.896,55
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	2.896,55
OUTRAS RECEITAS	1.478,57	8.529,34
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	5.048,46
OUTRAS RECEITAS	1.478,57	8.480,88
DESPESAS	127.907,48	884.245,08
DESPESAS CORRENTES	127.907,48	884.245,08
DESPESAS COM CUSTEIO	39.188,67	294.159,81
DESPESAS COM PESSOAL	13.222,81	114.779,45
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	8.104,37	87.248,73
DESPESAS DE EXPEDIENTE	7.183,01	62.184,40
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	948,19	5.647,74
DESPESAS LEGAIS	0,00	1.868,88
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.604,00	6.227,21
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.838,49	18.188,42
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	733,66	3.050,08
ENCARGOS FINANCEIROS	504,40	450,00
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	86.849,38	413.700,35
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	4.940,20
DESPESAS COM VIAGENS	795,10	85.000,13
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	556,00	8.836,21
DESPESAS C/ATV.D. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	68.067,29	124.490,25
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	19.900,00	177.671,76
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	9.861,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.889,43	176.384,93
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	8.321,68	148.141,02
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	1.867,77	35.243,91
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(79.778,30)	(13.720,49)
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	(13.720,49)	(13.720,49)

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS - FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO		
FOLHA 3		
RUBRICAS / MESES	OUT	ACUMULADO
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	200.073,67	285.215,96
FÓRUM MUNDIAL EDUC. RECEITAS DE INSCRIÇÕES	201.583,07	286.725,06
(-FÓRUM MUNDIAL EDUC. DEVOLUÇÕES DE INSCRIÇÕES	1.510,00	1.510,00
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	228.236,78	243.861,78
CONDIÇÕES URBANAS - F.M.E.	18,50	18,50
CPMF - F.M.E.	280,20	336,95
DESPESAS C/INFRA-ESTRUTURA - F.M.E.	60.190,81	60.373,81
DESPESAS BANCÁRIAS - F.M.E.	5.782,68	10.156,78
DESPESAS C/LOCAÇÕES - F.M.E.	2.425,00	2.425,00
DESPESAS C/PASSAGENS - F.M.E.	144.833,51	144.833,51
DESPESAS C/SEGURANÇA - F.M.E.	5.000,00	5.000,00
DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO - F.M.E.	2.138,87	2.138,87
GASTOS C/COMBUSTÍVEIS - F.M.E.	89,01	89,01
MATERIAL DE EXPEDIENTE - F.M.E.	3.195,22	12.987,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL - F.M.E.	286,80	586,80
PROPAGANDA E PUBLICIDADE - F.M.E.	582,00	601,37
SERVÍCIOS DE TERCEIROS - F.M.E.	3.467,18	4.997,18
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	(28.163,11)	41.353,30
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	41.353,30	41.353,30
RUBENS C. V. WEYNE	NINO H. FERREIRA DA SILVA	
PRESIDENTE	CONTADOR - CRC/RS Nº.14418	

Luiz Augusto E. Faria - Economista

Mudanças na CLT e desemprego

Os economistas talvez sejam a única categoria de cientistas a continuar aplicando uma teoria mesmo depois dessa ter sido refutada e seus fundamentos terem sido demonstrados errôneos. É o caso da teoria neoclássica do mercado de trabalho, recentemente evocada pelo Governo Federal para justificar sua proposta de alteração do Art. 618 da CLT, que abriria a possibilidade de acordos coletivos poderem revogar direitos garantidos em lei. Os mesmos argumentos já haviam sido lembrados por alguns colegas e também por líderes empresariais, quando da aprovação pela Assembleia Legislativa da lei que instituiu o piso salarial regional no RS. Diz essa teoria que, assim como um aumento no preço da laranja faz diminuir seu consumo, um aumento do salário ou dos custos totais do trabalho, necessariamente, aumentaria também o desemprego.

Há mais de 40 anos, um grupo de pesquisadores da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, entre os quais dois dos maiores economistas do Século XX, Piero Sraffa e Joan Robinson, dedicou-se criteriosamente a demonstrar a falsidade dessa tese, argumentando que o mercado de trabalho não podia ser comparado ao mercado de um bem ordinário. O trabalho não é uma mercadoria comum e, para ser compreendido pela teoria econômica, precisa ser tratado com sua especificidade. Se mesmo os bens de consumo mais corriqueiros têm exceções à regra de maior preço menor demanda, como os inferiores ou os de Giffen, mais excepcional é o caso do trabalho.

O que os pesquisadores ingleses fizeram foi demonstrar que, se é correta a tese de Keynes para quem, dado um certo padrão de desenvolvimento tecnológico, o emprego era uma função da demanda efetiva e do nível de produção por ela determinado, a teoria neoclássica do emprego não se sustenta, o mesmo valendo para a teoria do capital (que ainda peca pelo agravante de não encontrar um padrão de medida do capital). Como o gasto capitalista é a parte mais importante da demanda efetiva, decorre dessa proposição que a demanda por mão-de-obra resultaria da decisão de investir dos empresários, independente do nível de salário real (até porque o salário real só é conhecido a posteriori). Keynes mostrou também como a decisão de investir é uma função da expectativa em relação ao crescimento das vendas no período subsequente. Uma expectativa otimista faria crescer o investimento e, atrás desse, o emprego, criando um círculo virtuoso em que o aumento da demanda decorrente produziria os efeitos multiplicador e acelerador, sustentando uma onda de expansão que perduraria enquanto as expectativas se mantivessem positivas.

Num trabalho que foi em dois sentidos paralelo ao de Keynes – além de ser contemporâneo, atingiu resultados similares –, Kalecki tomou como ponto de partida a obra de Marx e elaborou sua teoria da dinâmica econômica em que a parcela da demanda representada pelo gasto capitalista tem um papel central para definir o nível do emprego e da produção. Para essa lei geral haveria apenas um limite que tem a ver com o valor do salário: a situação em que este estivesse tão elevado que o lucro chegasse a zero e toda a renda gerada na produção fosse apropriada pelos trabalhadores, inviabilizando o investimento. Mas nesse caso hipotético, o capitalismo deixaria de existir e, portanto, suas leis não teriam mais validade.

A fixação do padrão salarial em cada sociedade – incluindo todos os custos diretos e indiretos do trabalho, como férias, descanso remunerado, seguridade social, etc. –, como já sabiam os economistas clássicos, ainda no Século XIX, não resulta de uma curva de demanda negativamente inclinada no mercado de trabalho. É uma consequência da disputa travada não só no plano



Greve Geral: trabalhadores protestam na entrada da Fiergs, no dia 21 de março, contra as mudanças na CLT

econômico, mas também no político, em torno da distribuição da renda entre salários e lucros. E para essa disputa, já o percebera Sraffa, a fixação da taxa de juros pelo Banco Central é decisiva, na medida em que esta funciona como um polo de gravidade para o qual são atraídas as demais formas de remuneração do capital.

No Brasil, decisões políticas foram tomadas durante a década dos 90 e tiveram repercussão significativa na remuneração dos trabalhadores e na distribuição da renda nacional, quando se realizaram as primeiras reformas com vistas a flexibilizar as normas trabalhistas. Agora se pretende um passo mais ousado, com a proposta do Governo Federal de tornar possível a homologação de acordos que contenham cláusulas menos vantajosas para os trabalhadores do que o mínimo assegurado pela legislação. Ora, se mesmo na vigência dessa garantia prevista na CLT, a flexibilização já implementada (terceirização, redução do assalariamento, subcontratações, "cooperativas de trabalho") teve como resultado uma mudança na distribuição da renda em prejuízo dos trabalhadores, imagine-se as consequências de sua supressão.

Medida pelo IBGE, entre 1990 e 2000, a participação da remuneração dos empregados na renda nacional caiu de 42,3% para 37,9%. A participação dos trabalhadores autônomos também declinou no período, tendo essa diferença sido apropriada pelas diversas formas do excedente, inclusive o aumento da carga tributária usado para cobrir os custos crescentes da dívida pública (alimentando os lucros dos aplicadores no mercado financeiro). Esse processo de redistribuição da renda aconteceu num ambiente em que a perda do poder de compra dos salários pela inflação fora substancialmente reduzida. As evidências apontam para a própria flexibilização então ampliada e para o baixo nível de investimento do período, que produziu um ambiente pouco favorável ao crescimento e ao emprego, como fatores que comprimiram os salários reais e a massa global de salário.

Segundo as estimativas da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre da FEE, a taxa de desemprego caiu de 14,5% para 11%

entre 1992 e 1994 e voltou a crescer desde então e até meados de 2000, quando atingiu 18,8%, ponto a partir do qual declinou para chegar a 15,1% ao final de 2001. Já o rendimento médio dos ocupados caiu entre 1992-94 (índices de 97,9 e 95,5, respectivamente), cresceu de 1995 a meados de 2000 (índices 108,8 e 112,4 respectivamente) para voltar a cair desde então, chegando ao final de 2001 com um índice de 105,4. Entre 1993 e 1995 a economia brasileira cresceu a taxas que variaram de 4,2% a 5,9% ao ano, movimento que se reverteu a partir de 1996, após a implantação do Plano Real e a queda da inflação, tendo o crescimento retornado efemeramente em 2000 (4,4%), mas já em 2001 a taxa foi bem menor (1,5%).

Os economistas gastaram esforços por décadas durante o Século XX na tentativa de estimar a famosa Curva de Phillips, que buscava explicar a inflação pela redução do desemprego, com conseqüente elevação dos salários e, por efeito desta, também dos preços, mas seus resultados foram frustrantes. A evidência empírica recente, como aparece nos dados acima, indica a presença de outras determinações. Quando o desemprego cresceu, o salário também e vice-versa, mostrando que não foi a demanda por trabalho que definiu o valor dos salários, mas outros fatores, como o nível da inflação e as alterações na configuração institucional do mercado de trabalho.

Se não quisermos imitar Charles Ferguson, quem, vencido na argumentação, alegou que ainda lhe restava a fé na teoria neoclássica, nem ficarmos estoicamente agüentando a dor de cabeça que acometeu Paul Samuelson, precisaremos aceitar todas as conseqüências das lições dos clássicos na forma rigorosa como Sraffa as apreendeu. Sacrificar os direitos dos trabalhadores apenas faz crescer os lucros das empresas e não estimula a criação de empregos. O que faz aumentar as oportunidades de trabalho é o investimento mas, para que este ocorra, é preciso um ambiente macroeconômico favorável ao crescimento, muito diferente da política atual "amigável aos mercados", com sua taxa de juros estratosférica que só faz engordar os lucros dos bancos e credores internacionais do país e desestimular as inversões produtivas.



Venezuela A mídia mostra de que lado está

Já no Fórum Social Mundial 2002 a grande pergunta foi exatamente esta: afinal de que lado está a mídia? A resposta esteve explícita em boa parte dos seminários e conferências: hoje o grande inimigo da sociedade civil é a imprensa de mercado. O tema foi tão dominante no Fórum que chegou a ser criado lá mesmo o Observatório Internacional da Mídia. Um dos proponentes, o editor do jornal *Le Monde Diplomatique*, Ignácio Ramonet, pregou em uma das conferências a necessidade de uma "ecologia da informação", de uma limpeza do que chega até os cidadãos. Pois esse tema nunca se mostrou tão atual como agora, ao se analisar o papel da imprensa no golpe da Venezuela.

Desmoralizados, a imprensa venezuelana e as elites do país foram os grandes derrotados no golpe contra o governo de Hugo Chávez. O desempenho da mídia foi lamentável, para não dizer descaradamente antichavista, e mostrou ao mundo o grande conluio que existiu entre o poder econômico e os meios de comunicação para derrubar o presidente. Formando uma intransponível barreira entre os fatos e a sociedade civil, os jornais e TVs sonegaram informações, distorceram e salientaram outras, incitaram o povo contra Chávez e emprestaram uma suposta legitimidade ao golpe.

Domingo, os dois maiores jornais venezuelanos, *El Nacional* e *El Universal*, não circularam. Foram apedrejados e os jornalistas deixaram as redações. As sedes das redes de televisão RCTV, Venevisión e Globalvisión só não foram invadidas porque a polícia metropolitana de Caracas não permitiu. Um cinegrafista da RCTV teve a câmera destruída.

Na volta de Chávez ao poder, esses meios de comunicação censuraram informações e sequer estiveram no Palácio Miraflores para reportar o que ocorria. A falta de segurança para a grande imprensa venezuelana é justificável, também do ponto de vista da população pobre do país que apóia o presidente. Na guerra aberta contra Chávez, os jornais, revistas, rádios e tevês comemoraram antes do tempo — aliás como ocorreu também no Brasil — a queda do presidente eleito e se mostraram amplamente favoráveis à ascensão de Pedro Carmona. O empresário bem representaria os interesses dos mais ricos, e da imprensa, logicamente. Enquanto o golpista Carmona dissolvia o Congresso, demitia funcionários públicos e queria governar durante um ano, mesmo sem ter sido eleito, a imprensa repercutia amplamente o fato consumado, cega e surda à intensa manifestação popular que ocorria nas ruas no final de semana.

Uma matéria do *Correio Braziliense* de segunda-



feira, dia 15, afirma: "Durante a semana, os meios de comunicação mais importantes do país chegaram a mentir para fazer valer seus pontos de vista. Primeiro, divulgaram que Hugo Chávez renunciou. Na verdade, o presidente foi deposto. Até hoje, a comunidade internacional não sabe como e em que circunstâncias morreram 41 manifestantes". A má conduta também esteve clara na cobertura das manifestações pró-Chávez, de sábado, dia 13, quando milhares de pessoas foram às ruas para pedir a volta do presidente. "TVs, rádios e jornais locais não divulgaram nada. Transmitiram, apenas, entrevistas com o então novo presidente Pedro Carmona e com outras autoridades. Até as 19h, nada se sabia dos movimentos a favor do presidente afastado. A mulher de Hugo Chávez recorreu à rede norte-americana CNN para dizer que as pessoas estavam morrendo nas ruas e que a imprensa local escondia os fatos. Segundo o ministro da Defesa Civil de Hugo Chávez, José Vicente Rangel, 'os meios de comunicação criaram um país virtual'".

Um país virtual

O país virtual já havia sido criado bem antes do golpe. Na verdade foi feito para possibilitar o golpe. Há meses se sabe que os jornais e tevês mentem sobre diversos fatos, principalmente quanto às manifestações populares, as grandes marchas que reúnem o povo de um lado e, de outro, os partidários dos empresários e os sindicalistas aliados. A imprensa sempre tratou com parcialidade estas marchas, montando para a opinião

pública venezuelana e internacional um cenário fantástico, um país fictício em que o presidente governava com mão de ferro contra a vontade do povo. Chávez pode ser acusado de, em seu passado, também ter tentado chegar ao poder através de um golpe militar, mas tem o atenuante de ter voltado respeitando os princípios democráticos.

Conforme o *Correio Braziliense*, a situação do povo venezuelano era inusitada e preocupante. Em uma realidade onde atentados terroristas, como os do último dia 11 de setembro nos Estados Unidos, são transmitidos ao vivo, as pessoas estavam a par do desenrolar dos fatos, mas tinham de procurar as informações em conversas telefônicas e sites estrangeiros na Internet. A grande imprensa local não era fonte confiável para leitores e telespectadores.

"Jesse Chacon, presidente da Agência de Telecomunicações da Venezuela, disse que a conduta das emissoras de TV será investigada. Chacon condena a falha das redes em cobrir os protestos nas ruas. Era passada uma imagem de calma na Venezuela, quando as ruas ferviam". No discurso de sua nova posse, Hugo Chávez criticou a mídia local e agradeceu o comportamento dos jornalistas estrangeiros. Chegou ao exagero de considerar a mídia estrangeira como heroína.

Por aqui, a imprensa também cometeu suas gafes. Chávez já estava no caminho de volta a Miraflores, depois das intensas manifestações populares, quando a maioria dos grandes jornais brasileiros ainda comemorava a queda do ex-presidente, de forma indigesta. É nesses contrapés que o partidismo se revela. A rede Globo deu mais uma demonstração dele e um exemplo foi o comentário de Arnaldo Jabor. O comentarista entrou numa saia justa depois de aparecer na tevê com uma banana, comemorando: com a queda de Chávez, saía um ditador e entrava um empresário que, pelo menos, era um democrata. Minutos depois o mesmo noticiário informava que o democrata havia dissolvido o Congresso.

No *La Jornada*, jornal mexicano, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz em 1980, escreveu: "O injustificável é que um governo que é eleito pela maioria do povo seja derrocado por grupos que respondem a seus próprios interesses políticos e econômicos, como de uma imprensa canalha que trata de tergiversar a verdade difundindo informações falsas". Pagaram o preço por uma péssima cobertura dos episódios que levaram à deposição e à restituição do presidente. E mais: escancaram ao mundo todo o que realmente está em debate no país. Como diz o dito popular, há males que vêm para o bem.

ORELHA



Quando te encontrei... e outros encontros e desencontros

Léa Peres Day

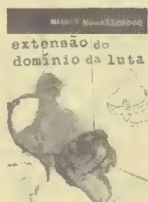
Livro de poesia de estréia da porto-alegrense Léa Peres Day, professora assistente da Ufrgs até 1995 onde desempenhou diversas funções. Traz 48 poemas que prometem trazer "momentos de sensibilidade" aos leitores e "um desfile de romantismo". Editora Bork, 57p.



Frágil Democracia Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990 - 1998)

Jorge Zaverucha

O cientista político e professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco mostra que os 15 anos de governo civil não foram capazes de destruturar a linha de comando dos militares. Civilização Brasileira, 333p. R\$ 30,00.



Extensão do domínio da luta

Michel Houellebecq

Lançado este mês pela Sulina, é o primeiro livro do polêmico escritor francês Michel Houellebecq, autor de *Partículas Elementares* (Sulina), e que ainda não havia sido publicado no Brasil. Este livro descreve a queda do indivíduo atual e sua "aprendizagem do desgosto". Sulina, 142p. R\$ 21,00.

WWW

Antiglobalização

www.febbraio.org

Sítio italiano que apresenta fotos de eventos antiglobalização neoliberal pelo mundo, inclusive diversas do último FSM.

Vermelho

www.vermelho.org.br

Sítio do PC do B, com notícias da esquerda nacional e mundial.

"A Uergs é democrática"

José Clóvis de Azevedo, o primeiro reitor da recém-inaugurada Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) é licenciado em História pela Ufrgs, com especialização em Orientação Educacional pela Faculdade de Porto Alegre (Fapa). Doutorando em Educação e Cultura pela USP, Azevedo foi professor da rede pública estadual por 22 anos e, entre 1997 e 2000, ocupou o cargo de secretário de Educação de Porto Alegre. Nomeado pelo governador do Estado, ele assume a tarefa de implantar o projeto da universidade, criada em volta a muita polêmica. Nesta entrevista, o reitor responde algumas controvérsias sobre a Uergs.

Maricélia Pinheiro



Cristina Lima

Clóvis: "O fato de ser celetista não significa que haverá rotatividade de professores"

AD verso - **Comenta-se que a escolha de professores e funcionários da Uergs teve como critério a filiação ao Partido dos Trabalhadores e, especificamente, a uma determinada corrente. Isso é verdade?**

José Clóvis - É uma colocação completamente sem sentido. Em primeiro lugar porque seria um absurdo fazer uma seleção sob esse ponto de vista. Em segundo lugar porque adotamos critérios objetivos e transparentes, que foram publicados no Diário Oficial e estão à disposição de qualquer pessoa interessada. Sobre partidariar a escolha ou até dirigir para determinada tendência é um comentário obscurantista, maldoso e na melhor das hipóteses, ignorante.

Adverso - Como aconteceu, de fato, o processo seletivo?

José Clóvis - A escolha do corpo docente foi feita de acordo com o estabelecido legalmente pela Assembleia Legislativa, que é a seleção pública. Não teríamos tempo de fazer o concurso e a Assembleia Legislativa, percebendo isso, aprovou um quadro provisório. Foi respeitada a titulação, consideradas as publicações e a experiência profissional. Os professores contratados vão trabalhar até 18 de dezembro de 2002, mas esperamos prorrogar esses contratos para não ter que fazer uma outra seleção pública, já que só poderemos realizar concurso no próximo ano.

Adverso - Entre os docentes, qual o percentual de pós-graduados com especialização, mestrado e doutorado?

José Clóvis - Setenta por cento de nossos contratados são mestres e doutores. Os demais 30% são especialistas e graduados. Portanto iniciamos com um quadro acima dos parâmetros estabelecidos pelo MEC.

Adverso - Os salários oferecidos aos professores são mais altos do que a média praticada nas universidades federais. Quais os critérios usados para fixar as remunerações?

José Clóvis - Os salários oferecidos foram fruto de uma pesquisa realizada no sindicato dos professores e de um estudo das tabelas salariais das universidades públicas. É um salário razoável, que está dentro da média salarial do nosso Estado, embora nós achamos que o professor universitário deveria ganhar mais. É um salário justo e digno, compatível com a finanças do Estado.

Adverso - As contratações estão sendo feitas sob o regime celetista. Essa é uma medida emergencial ou definitiva?

José Clóvis - As contratações serão feitas pelo regime celetista, tanto a seleção pública como os que ingressarão por concurso. A personalidade jurídica privada da universidade é uma posição encaminhada no projeto pelo governo. Um posição que já existia desde o início e que já estava consolidada quando cheguei aqui. Embora eu preferisse que fosse uma universidade de relação pública, não vejo nenhum problema em ser celetista. Temos

exemplos de entidades como a Liberato Salzano (Novo Hamburgo), uma das melhores escolas públicas do Estado, onde a relação é celetista e não há qualquer problema quanto à liberdade acadêmica dos professores ou demissões. E os mecanismos de estabilidade, mesmo temporários, podem ser discutidos em dissídios. O fato de ser celetista não significa que haverá rotatividade de professores. Discute-se muito esse caráter da relação trabalhista, mas não se discute ou se reconhece os avanços democráticos da Uergs. Nenhuma categoria profissional de ensino superior em nenhum local teve conquistas que se equiparem ao processo democrático que estamos implantando nessa universidade. A eleição do reitor será direta com a participação de toda a comunidade acadêmica, inclusive os alunos. O Conselho Superior terá a participação da sociedade civil, dos movimentos comunitários e sindical. Nenhuma universidade, que me conste, tem essa amplitude no seu conselho.

Adverso - Quando será a eleição?

José Clóvis - Está prevista para 2004, prazo em que a reitoria pró-tempori tem para consolidar o estatuto e todo o aparato institucional.

"Nenhuma categoria teve conquistas que se equiparem ao processo que estamos implantando"

Adverso - Como o senhor vê as críticas que circulam entre docentes de outras universidades públicas e no próprio movimento sindical com relação à contratação pela CLT?

José Clóvis - É interessante que determinadas críticas que se concentram em cima da relação celetista e da personalidade jurídica da universidade não reconheçam esse mecanismo democrático, que irá possibilitar o controle social. Conhecemos várias universidades públicas, onde determinadas áreas de pesquisa são privatizadas. O caráter de entidade jurídica de direito público não garante a não privatização. O que garante é o controle social, através da participação direta da sociedade, seja pelo conselho ou pela relação já estabelecida com o Orçamento Participativo.

Adverso - Onde irão funcionar os cursos da Uergs?

José Clóvis - Teremos inicialmente seis cursos funcionando em 15 cidades. Outros três cursos conveniados, dois com a Unijuí e um com a Universidade de Passo Fundo e ainda um curso de pós-graduação em Gestão Pública que já está funcionando na sede da Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos. A estrutura da universidade é descentralizada, distribuída em 29 municípios, começando agora com 15 e chegando ao total em março de 2003. As salas de aula serão dotadas de recursos tecnológicos atualizados. Cada dois alunos

terá um computador ligado à Internet, cada sala de aula terá equipamento de video-conferência, o que permitirá trabalhar simultaneamente com várias unidades. Não se trata de ensino à distância, mas de utilizar tais recursos como reforço. Os cursos vão funcionar em escolas públicas estaduais e municipais e dentro das universidades conveniadas.

Adverso - Está sendo cobrada taxa de inscrição para cursos de especialização já em andamento. Isso não fere os princípios da universidade pública e gratuita?

José Clóvis - Não, porque todo aluno regular irá estudar sem qualquer gasto. Diferente inclusive do que acontece nas federais, onde os alunos pagam taxa de matrícula. De alguns cursos não regulares será cobrada alguma taxa, porque são demandas fora de nossa capacidade orçamentária. Os regulares, sejam de graduação ou pós-graduação, serão totalmente gratuitos.

Adverso - Como a universidade será financiada e qual o custo anual previsto?

José Clóvis - Pelo recurso orçamentário. Temos já para esse ano R\$ 29,4 milhões e evidentemente que a cada ano os valores serão rediscutidos, porque as despesas aumentam. Mas a universidade também vai buscar outros recursos, como financiamento de projetos de pesquisa. Aliás já temos uma pesquisa hoje em andamento financiada por uma fundação alemã. Vamos trabalhar com captação de recursos através de patenteamento de artefatos tecnológicos, já que queremos desenvolver pesquisa aplicada voltada para necessidades específicas, e da realização de cursos de curta duração, conforme a demanda.

Adverso - Já dá para definir o perfil dos primeiros alunos da Uergs?

José Clóvis - Ainda não temos um perfil sócio-econômico e cultural, porque ainda não foram tabelados os questionários respondidos pelos candidatos.

Adverso - As provas do vestibular seguiram o mesmo padrão e critérios de avaliação das federais?

José Clóvis - Sim. Até porque foi a Faurgs que fez a prova, no mesmo estilo e grau de verificação intelectual. As provas foram elogiadas por especialistas e pelos próprios alunos. Tivemos uma média excelente, entre 5 e 7 e na redação, que é normalmente o ponto frágil dos vestibulares, a média chegou a 8. Tivemos ingresso de 394 alunos de baixa renda.

Adverso - Quais as políticas de cotas da Uergs?

José Clóvis - Isso também é uma coisa inovadora. No Rio de Janeiro, por exemplo, a reserva é para alunos de escolas públicas. O nosso critério é mais amplo, porque acreditamos que também existem alunos pobres na rede particular, principalmente em Porto Alegre, por isso a reserva de 50% é para alunos de baixa renda, não interessa se da rede pública ou particular. Outros 10% foram reservados para deficientes.